

Alimentação escolar e senso de pertencimento: proposta para avaliação diagnóstica

School food and sense of belonging: proposal for diagnostic assessment

Alimentación escolar y sentido de pertenencia: propuesta de evaluación diagnóstica

DOI: 10.55905/oelv22n6-083

Receipt of originals: 05/03/2024

Acceptance for publication: 05/24/2024

Sirlei Rodrigues do Nascimento

Mestre em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional
Instituição: Universidade Paulista (UNIP)
Endereço: Vila Clementino, São Paulo, Brasil
E-mail: sirlein@gmail.com

Celi Langhi

Doutora em Psicología da Educação
Instituição: Universidade Paulista (UNIP)
Endereço: Vila Clementino, São Paulo, Brasil
E-mail: celi@infolearning.com.br

Oduvaldo Vendrametto

Doutor em Engenharia de Produção
Instituição: Universidade Paulista (UNIP)
Endereço: Vila Clementino, São Paulo, Brasil
E-mail: oduvaldove@gmail.com

RESUMO

A alimentação escolar é um dos projetos mais bem-sucedidos no Brasil. Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) todos os estudantes matriculados em cursos da Educação Básica em escolas públicas recebem pelo menos uma refeição diária. Este não é um programa de assistencialismo e sim uma política pública, garantida pela Constituição Brasileira de 1988, que auxilia no desenvolvimento biopsicossocial dos educandos. Mas, embora seja um direito, nem sempre isso é reconhecido pelos educandos e suas famílias, não havendo assim, o desenvolvimento do senso de pertencimento em relação a essa questão. O objetivo geral é identificar como avaliar se os municípios e as unidades escolares públicas de Educação Básica promovem o desenvolvimento do senso de pertencimento em relação à Alimentação Escolar. O método da pesquisa é qualitativo, com análise documental e revisão teórica da literatura. Os resultados indicaram a necessidade da criação de um instrumento de avaliação capaz de fornecer indícios sobre

a formação de senso de pertencimento a respeito da alimentação escolar. Por isso apresenta-se o esboço de um modelo de avaliação para essa finalidade, que poderá ser replicado em municípios e unidades escolares em geral. Conclui-se que as escolas, por meio de suas atividades pedagógicas, devem auxiliar no desenvolvimento do senso de pertencimento no que diz respeito à alimentação escolar.

Palavras-chave: Alimentação Escolar, Políticas Públicas, Senso de Pertencimento, Avaliação.

ABSTRACT

School feeding is one of the most successful projects in Brazil. Through the National School Meal Program (PNAE), all students enrolled in Basic Education courses in public schools receive at least one meal per day. This is not a welfare program but a public policy, guaranteed by the Brazilian Constitution of 1988, which assists in the biopsychosocial development of students. But, although it is a right, this is not always recognized by students and their families, thus not developing a sense of belonging in relation to this issue. The general objective is to identify how to evaluate whether municipalities and public Basic Education school units promote the development of a sense of belonging in relation to School Food. The research method is qualitative, with documentary analysis and theoretical literature review. The results indicated the need to create an assessment instrument capable of providing evidence about the formation of a sense of belonging in the self with regard to school meals. Therefore, the outline of an evaluation model for this purpose is presented, which can be replicated in municipalities and school units in general. It is concluded that schools, through their pedagogical activities, should help develop a sense of belonging with regard to school meals.

Keywords: School Meals, Public Policy, Belonging Sense, Assessment.

RESUMEN

La alimentación escolar es uno de los proyectos más exitosos en Brasil. A través del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), todos los estudiantes matriculados en cursos de Educación Básica en escuelas públicas reciben al menos una comida al día. Este no es un programa de bienestar sino una política pública, garantizada por la Constitución brasileña de 1988, que ayuda al desarrollo biopsicosocial de los estudiantes. Pero, si bien es un derecho, este no siempre es reconocido por los estudiantes y sus familias, no desarrollando así un sentido de pertenencia en relación a este tema. El objetivo general es identificar cómo evaluar si los municipios y unidades escolares públicas de Educación Básica promueven el desarrollo del sentido de pertenencia en relación a la Alimentación Escolar. El método de investigación es cualitativo, con análisis documental y revisión teórica de la literatura. Los resultados indicaron la necesidad de crear un instrumento de evaluación capaz de proporcionar evidencias sobre la formación del sentido de pertenencia respecto de la alimentación escolar. Por lo que se presenta el esquema de un modelo de evaluación para este fin, que puede ser replicado en municipios y unidades escolares en general. Se concluye que las escuelas, a través de sus actividades

pedagógicas, deben ayudar a desarrollar un sentido de pertenencia respecto a la alimentación escolar.

Palabras clave: Alimentación Escolar, Políticas Públicas, Sentido de Pertinência, Evaluación.

1 INTRODUÇÃO

Assuntos relacionados a inclusão e exclusão social, diversidade, diferenças, emancipação, identidade e pertencimento tem participado de pautas as mais diversas relacionadas a movimentos sociais e comunitários, grupos políticos e culturais e políticas públicas relacionadas a educação o que abrange o sistema educacional brasileiro, que é dividido em Educação Básica e Educação Superior.

Na Educação Básica, que envolve crianças e adolescentes, é onde essas pautas estão mais presentes e merecem destaque. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394 (1996) a Educação Básica foi estruturada em etapas que abrangem a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A finalidade desse nível da educação escolar também está alinhada a esses assuntos.

A Educação Infantil, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, de forma a complementar a ação da família e da comunidade no que diz respeito aos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

O Ensino Fundamental, que tem duração mínima de nove anos, visa a formação básica do cidadão a qual deve ocorrer por meio do desenvolvimento de vários tipos de competências, dentre elas: a capacidade de aprender; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Médio, que é considerado como a etapa final da educação básica, tem a duração mínima de três anos, e sua finalidade é consolidar e aprofundar os conhecimentos obtidos no ensino fundamental visando o prosseguimento dos estudos; a preparação

básica para o trabalho e a cidadania do educando; o aprimoramento do educando como pessoa, com sua formação ética e pensamento autônomo e crítico; e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, de forma que a teoria se relacione diretamente com a prática.

Uma oportunidade interessante para trabalhar os assuntos relacionados à finalidade da Educação Básica é a Alimentação Escolar. Isso vai ao encontro da Lei n. 11.947 (2009), que consiste no repasse de recursos financeiros federais para contribuir com o fornecimento de refeições para os estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica oferecida nas redes municipal, distrital, estadual e federal; nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas; nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos; e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Lei n. 11.947, 2009).

Pelo exposto é possível observar o alinhamento entre a finalidade da Educação Básica em suas três etapas e os objetivos do PNAE, principalmente no que diz respeito ao crescimento e desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes. Essa observação possibilita uma série de questionamentos, e para fins desse artigo, foi proposta a seguinte questão de pesquisa: como avaliar se os alunos da Educação Básica de escolas públicas apresentam senso de pertencimento em relação à alimentação escolar?

O objetivo geral é identificar como avaliar se os municípios e as unidades escolares públicas de Educação Básica promovem o desenvolvimento do senso de pertencimento em relação à Alimentação Escolar. Os objetivos específicos visam: avaliar se os conteúdos sobre senso de pertencimento estão alinhados com a legislação brasileira sobre alimentação escolar; e identificar quais são as principais práticas que podem ser adotadas nas escolas de Educação Básica para auxiliar no desenvolvimento do senso de pertencimento relacionado à alimentação escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Marco de parceria das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável 2017-2021 (2016) estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais compõe uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.

Para atender as perspectivas de desenvolvimento humano relacionadas a pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz, foi estabelecida uma agenda com um plano de ação internacional para que sejam alcançados 17 ODS, os quais envolvem temáticas como: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação (ONU, 2016).

Dentre os vários objetivos propostos nas ODS, quatro estão diretamente relacionados à Alimentação Escolar. São eles: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, educação de qualidade e redução das desigualdades. Também estão alinhados aos Programas de Alimentação Escolar que estão presentes em diversos países como: Estados Unidos, Gana, Indonésia, Índia, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Níger, Senegal, Etiópia, Moçambique, Malawi e Brasil, dentre muitos outros (Soares, Martinelli, Melgarejo, Cavalli & Davó-Blanes, 2017).

A alimentação escolar diz respeito a todo tipo de alimentação que os estudantes realizam durante o período em que se encontram na escola e equivale tanto à alimentação fornecida pelo poder público quanto às fornecidas por outros meios como as cantinas escolares, por exemplo.

Muitas nações mantêm programas de alimentação escolar e, apesar de suas interrupções em consequência da Pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021, esses programas voltaram a ser uma das maiores redes de segurança social em todo o mundo. De acordo com o World Food Programme - WFP (2022), 418 milhões de crianças foram beneficiadas com refeições escolares em todo o mundo no ano de 2022. Isso indica que

cerca de 41% das crianças matriculadas na escola primária (denominação mundial para educação infantil) tem acesso a uma refeição escolar diária gratuita ou subsidiada. Esse número aumenta para 61% em países de rendimentos elevados.

Essa Alimentação Escolar é apoiada em mais de 90% dos casos por fundos nacionais e, quase todos os países adotaram, formalmente, políticas nacionais para garantir a continuidade desses compromissos. Por meio de seus programas de alimentação escolar foram criados cerca de quatro milhões de empregos diretos em 85 países, o que indica a geração de 1.377 empregos para cada 100,000 crianças alimentadas nas escolas. Esses empregos, em sua maioria, estão relacionados à preparação de alimentos, beneficiando cozinheiros locais e pequenas empresas de catering, cuja maioria é liderada por mulheres (WFP, 2022). A característica importante desses programas de alimentação escolar é o respeito aos hábitos alimentares, que além de gerar empregos e renda, preservam a cultura social e da produção de alimentos tradicionalmente consumidos local e regionalmente.

Os programas de alimentação nas escolas podem ser considerados como uma grande oportunidade para transformar a vida dos alunos e, respectivamente, de suas famílias a quem passam a influenciar. Ao receberem alimentação nas escolas os alunos se sentem amparados e pertencentes à comunidade escolar e isso os motiva para comparecer as escolas todos os dias.

Com investimento anual global de 48 mil milhões de dólares, esses programas criam um mercado alimentar enorme e previsível, que propiciam inúmeras vantagens como: transformação de sistemas e dietas alimentares; auxílio na crise alimentar global; incentivo à compra de alimentos locais; elo entre dietas de qualidade e produção local visando o aumento da agro biodiversidade local e reforçando a soberania alimentar; apoio a pequenos produtores agrícolas, em especial mulheres agricultoras e produtores indígenas. Em outras palavras, os programas de alimentação escolar podem envolver esforços da comunidade global para “[...] se tornarem mais resilientes ao clima, diversificando dietas, alinhando a agricultura e as compras com a soberania alimentar local e repensando as práticas energéticas e agrícolas” (WFP, 2022, p. 5).

3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Todos os alunos matriculados na Educação Básica em escolas públicas brasileiras têm o direito de receber essa alimentação o que é garantido e regulamentado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que é um programa do Governo Federal responsável pela transferência de recursos financeiros, que provém do Tesouro Nacional. Cabe ao Orçamento da União assegurar anualmente recursos para a aquisição de gêneros alimentícios, em caráter suplementar, para os governos estaduais, Distrito Federal, governos municipais e escolas federais para que se cumpra a oferta de alimentação aos escolares, em conformidade com a Lei n. 11.947 (2009) e art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Os primeiros movimentos sobre a alimentação do escolar surgem em 1940 quando algumas escolas começaram a se organizar, arrecadando fundos, para fornecer alimentos aos alunos enquanto estivessem na escola, surgindo assim as Caixas Escolares (Luz & Anjos, 2022). A partir de 1950 foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Foi a primeira vez que se estruturou um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública.

Desse plano original surge o Programa de Alimentação Escolar, com financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) conhecido, atualmente, como Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó que era destinado à campanha de nutrição materno-infantil (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE], 2023).

Em 1955 foi criada a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação (MEC) que, em 1956 passou a ser chamada de Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME). O objetivo dessas campanhas foi prover a Alimentação Escolar em todo o território nacional.

Em 1965 seu nome foi novamente alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e contou com o auxílio de diversos programas internacionais. Em 1976, embora financiado pelo MEC e CNAE, passa a fazer parte do

II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Somente em 1979 passa a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como é conhecido atualmente e cuja importância foi reconhecida e inserida como obrigação constitucional do Estado pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Em 1998 o PNAE passa a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação, por meio da qual estados e municípios passaram a receber repasses de recursos para promover a Alimentação Escolar (Lei n. 11.947, 2009).

Nos anos 2000 é criado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) que passa a ser um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do PNAE. A partir daí, surgiram Leis, Portarias, Resoluções e demais regulamentações para que a Alimentação Escolar chegue até os alunos com segurança, qualidade e de acordo com os preceitos nutricionais necessários para a saúde dos estudantes (Cartilha..., 2014). Alguns destaques dessas regulamentações são apresentados a seguir.

A Portaria Interministerial n. 1.010 (2006), dos Ministérios da Educação e da Saúde, instituiu as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de Educação Básica das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

O Pacto Nacional para Alimentação Saudável instituído em 2015 pelo Decreto n. 8.553 (2015), ampliou as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis, bem como o combate ao sobrepeso, à obesidade e às doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira.

A Resolução n. 6 (2020) indica, em seu Artigo 5º, seis itens que compõe as diretrizes da Alimentação Escolar. Além de abordar assuntos relacionados à alimentação saudável com alimentos variados, a universalidade do atendimento aos alunos, o apoio ao desenvolvimento sustentável e o direito à alimentação escolar; enfatiza que a educação alimentar e nutricional deve estar inclusa no processo de ensino e de aprendizagem, perpassando o currículo escolar, com a abordagem de temas como alimentação e nutrição, desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, segurança alimentar e nutrição. Indica também a importância da participação da comunidade no controle social, no

acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios no que diz respeito à garantia da oferta da alimentação escolar saudável e adequada para os estudantes.

Em síntese, pode-se dizer que, conforme a legislação pertinente, a Alimentação Escolar no Brasil não deve ter viés assistencialista, uma vez que seus objetivos dizem respeito a uma proposta de desenvolvimento humano baseada em padrões de qualidade que auxiliam na formação biopsicossocial dos estudantes.

O desenvolvimento biopsicossocial indica que o potencial do estudante deve ser considerado em razão de suas características físicas (biológicas); seus desejos, motivações e inibições (psíquicas); e pelas pressões exercidas por outras pessoas ou comunidades que compartilham uma mesma cultura, interações, restrições, engajamentos, senso de pertencimento (sociais). Esses aspectos constituem o comportamento humano e não podem ser divididos. Portanto, a alimentação escolar deve ser vista como um forte potencial para auxiliar no desenvolvimento integral dos estudantes, bem como no fortalecimento de seu senso de pertencimento à comunidade escolar da qual participa.

4 SENSO DE PERTENCIMENTO NAS ESCOLAS

A educação é um processo de socialização e de aprendizagem, que visa tanto o desenvolvimento social quanto ético de uma pessoa. Não ocorre apenas nas instituições de ensino, mas também por meio de instituições da sociedade civil organizada como associações comunitárias, entidades religiosas e organizações não governamentais.

Desde seu nascimento as crianças começam a fazer parte de um mundo social, principalmente por causa das ações educacionais e sociais exercidas por instituições (família, igreja, associações institucionalistas etc.). A construção social de sua identidade está relacionada à forma como interage com seus grupos sociais e pode se desenvolver por meio de três formas básicas: pertencimento, espelhamento e individualidade.

A Educação Básica enquanto modalidade de educação formal que ocorre nas escolas, procura auxiliar no desenvolvimento da identidade dos alunos e do

desenvolvimento do senso de pertencimento por meio de práticas e vivências-que os motivem a perceber a importância de se ser único numa sociedade globalizada, bem como de fazer parte de grupos sociais, de forma a se sentir pertencente a esse grupo. Ela deverá estimular a formação do cidadão, capaz de interagir, de forma independente, no mundo do qual faz parte.

Embora Andrade e Schmidt (2019) indiquem que o ser humano vive, atualmente, numa crise em relação ao senso de pertencimento a uma comunidade, esse mesmo ser precisa encontrar bases motivacionais para desenvolver esse senso, uma vez que o ser humano é gregário, e como tal depende da vida em sociedade. E atualmente pode-se dizer que se vive em uma sociedade de conexões.

Pertencer é uma necessidade humana básica, uma vez que permite às pessoas terem a sensação de segurança, aceitação e afiliação com outras pessoas. E quando as pessoas não sentem que pertencem a um determinado grupo, ocorre o sentimento de exclusão, o que poderá gerar doenças como depressão, ansiedade ou algum tipo de desajuste ou problemas emocionais ou comportamentais.

Ao abordar o tema pertencimento, geralmente se fala em senso de pertencimento, ou seja, uma sensação que permite às pessoas perceberem que fazem parte de algo maior, que é valorizada e considerada como importantes para uma determinada comunidade.

O senso de pertencimento pode ser visto como um forte elemento de socialização. Ele indica o ato ou condição de ser membro, de fazer parte, de pertencer a grupos sociais ou institucionais (Braga & Gastaldo, 2019). É formado a partir de crenças capazes de reunir determinados indivíduos que expressam medos, aspirações e valores em comum, as quais, muitas vezes, destacam características culturais, raciais, religiosas, políticas etc. (Cousin, 2010).

Essas crenças em comum levam as pessoas a sentir-se parte de algo ou de algum lugar e, ao mesmo tempo, permitem com que ocorra o sentimento de que este algo ou lugar também lhe pertence, de forma a despertar o sentimento de propriedade (de dono) permitindo, assim, interferências em rotinas, rumos, projetos, normas ou qualquer outro elemento que o constitui. As crenças comuns estabelecem destinos para determinadas comunidades, sentido de homogeneidade para seus membros e de heterogeneidade para

os demais grupos com os quais convivem. O senso de pertencimento está diretamente atrelado ao conhecimento humano e à sua subjetividade (Sá, 2005).

As experiências vivenciadas no cotidiano, a convivência com diversos grupos sociais, as atividades em comum (principalmente as relacionadas a trabalho e produção), as práticas de lazer e, em especial, os hábitos e práticas alimentares são fortes fatores para o desenvolvimento da identidade e do senso de pertencimento (Callai, 2004).

O cultivo de bons relacionamentos, em grupos que detém as mesmas crenças subjetivas, para as quais se busca dar sentido e torná-las objetivas e praticáveis, é fundamental para o fortalecimento do senso de pertencimento. Nesse âmbito estão as práticas educativas (na família, na escola, nas atividades diárias, no tempo livre etc.) as quais permitem a incorporação de modelos, papéis e relações mais complexas, mediante a observação ou orientação de pessoas mais experientes.

No âmbito da Educação Básica, conduzidas pelo processo de ensino e de aprendizagem que ocorre nas escolas, essas práticas favorecem o elo entre a cultura, a socialização e a aquisição de conhecimentos, capacidades e competências que permitem a plena participação nos grupos sociais (Langhi, 2022).

O desenvolvimento do senso de pertencimento nas escolas fortalece a igualdade e oportunidade – uma vez que o pertencimento pode ser uma forma de combater a exclusão social, promovendo a igualdade de oportunidades; a formação cidadã – pois desenvolver o pertencimento em crianças e adolescentes pode permitir que eles se tornem indivíduos socialmente envolvidos e responsáveis; a necessidade coletiva – ou seja, para criar uma sociedade saudável e progressista, é essencial desenvolver um sentimento de pertencimento que una as pessoas em torno de causas comuns.

O senso de pertencimento também pode ajudar os alunos a desenvolverem a autoestima, a confiança e a autonomia. É um aliado na redução do *bullying*, no respeito à diversidade, no fortalecimento da confiança pessoal e no incentivo à autonomia, uma vez que fortalece questões culturais e estimula práticas baseadas nos princípios e valores que são propagadas pelos grupos sociais dos quais faz parte. Quando os alunos se sentem incluídos, é mais provável que se sintam seguros para experimentar, assumir riscos, lidar com consequências emocionais e a viver de forma mais livre.

A alimentação escolar, pode ser considerada um fator determinante nas relações humanas. Isso porque os alunos que estudam na Educação Básica, em escolas públicas localizadas em todo o país, a recebe e se alimentam diariamente, e o fazem em grupo, junto com seus colegas de classe, e em um determinado espaço social, no caso a escola, que se localiza em uma determinada cidade, a qual faz parte de um determinado estado brasileiro.

Sua importância envolve uma série de situações em diversas áreas como: a) saúde - segurança alimentar e nutricional, controle da obesidade, e cardápios que contenham nutrientes adequados para promover o crescimento infantil; controle da fome, e desenvolvimento de hábitos de alimentação saudáveis; b) político-econômicas - repasse de recursos para que essa alimentação chegue, de forma adequada, até os alunos; c) social – desenvolvimento de processos identitários para melhor se relacionarem com o mundo e se identificarem com seus pares, de agirem por si mesmos e de construírem relações de pertencimento.

Desenvolver o senso de pertencimento por meio da alimentação escolar diz respeito a compromissos assumidos por alunos, pais, professores, nutricionistas, merendeiras, gestores, comunidade como um todo, produtores agropecuários e demais atores que almejam a formação de cidadãos mais conscientes de sua realidade e aptos a promoverem mudanças que auxiliem na resolução de problemas sociais.

Nesse sentido, todos esses atores devem se responsabilizar pelo controle da qualidade dessa alimentação. Isso envolve desde o planejamento até a execução dos processos como: recursos destinados à alimentação de cada aluno; elaboração dos cardápios por nutricionistas especializadas no desenvolvimento infantil; controle da procedência e armazenamento dos insumos; local de produção dos alimentos; formas e acondicionamentos em que essa alimentação é servida; controle de desperdício etc.

Por isso as escolas devem fornecer espaços acolhedores e inclusivos, que convidem à participação dos alunos, independentemente de sua origem ou história de vida. Nesses ambientes não cabem nenhum tipo de pré-conceito ou de julgamento. São espaços onde as pessoas devem se sentir bem e para onde sempre querem voltar.

Os professores, por sua vez, são os principais agentes do pertencimento nas escolas. Ao demonstrarem interesse pelos alunos e se envolverem em suas atividades, têm maior probabilidade de desenvolver um ambiente de pertencimento, gerando assim motivação e vontade de aprender.

Há vários tipos de estratégias que auxiliam no desenvolvimento do senso de pertencimento e que podem ser aplicadas na aprendizagem de conteúdos em geral. Mas, para incentivar o senso de pertencimento no contexto da alimentação escolar deve-se criar situações específicas como debates sobre a importância da alimentação saudável e dos alimentos que devem compor uma boa alimentação; o planejamento e a execução de hortas na escola ou em casa; elaboração de hortas verticais utilizando matérias recicladas (como garrafas pet); plantio de temperos e hortaliças em vasos etc. (Nascimento, Langhi & Vendrametto, 2023).

O aprimoramento das estratégias de pertencimento nas escolas dependerá de uma equipe de professores engajados e envolvidos que criam um ambiente de aprendizado positivo e inspirador; e do encorajamento do trabalho em equipe de forma a criar um ambiente educacional colaborativo e positivo.

É importante lembrar que o contexto do aluno na escola diz respeito à história que se cria a partir da convivência com colegas, professores e funcionários, num período singular, num espaço vivido com inúmeras experiências que se renovam de forma constante. Isso indica que qualquer tipo de análise sobre o senso de pertencimento na alimentação escolar deve ser constante, realizado em determinados períodos pré-definidos, e abranger todos os alunos.

Silva, Amparo-Santos e Soares (2019, p.2) indicam que estudos sobre a alimentação escolar devem envolver múltiplos olhares, quanto às experiências dos sujeitos com a alimentação, “implicando em observar o que comem, por que, como, quando e com quem comem e, principalmente, as interações produzidas no interior dessas práticas”.

Para Callai (2004, p.1) há a necessidade de observar os “espaços que são construídos como resultado da vida das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer.”

Por isso, qualquer tipo de avaliação que vise diagnosticar o desenvolvimento do senso de pertencimento em relação à alimentação escolar deverá observar não apenas as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores com os alunos. As ações desencadeadas pelos órgãos públicos municipais, pela gestão escolar e pela família também são essenciais e precisam ser devidamente avaliadas para fomentar análises e fornecer subsídios para a realização, atualização e modificação de planos de trabalho uma vez que, ao identificar possíveis pontos de melhoria, cria-se uma cultura escolar mais positiva em relação à alimentação escolar.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O método de pesquisa utilizado é de cunho qualitativo, com análise documental e revisão teórica da literatura a qual baseia-se em estudos conceituais e empíricos existentes para fornecer um contexto para identificar, descrever e transformar em uma ordem superior de estrutura teórica e vários conceitos, construções ou relações.

Seu objetivo principal é desenvolver uma estrutura conceitual ou modelo com um conjunto de proposições ou hipóteses de pesquisa. Ao contrário das revisões agregativas, as revisões teóricas normalmente começam com uma ampla questão de revisão (Paré, Trudel, Jaana & Kitsiou, 2015).

6 RESULTADOS E ANÁLISES

Ao analisar a legislação que diz respeito à Alimentação Escolar no Brasil observa-se que seu objetivo nunca foi a simples concessão de um benefício fornecido pelo estado para alimentar os estudantes mais carentes. Ela “[...]representa um processo de apropriação da cultura dos indivíduos de uma determinada região geográfica, situados em grupos sociais específicos, onde desenvolvem conhecimentos e competências para atuarem no mundo real” (Vendrametto, 2022, p. 88).

As funções nutricional, educacional e social da Alimentação Escolar estão presentes desde a criação do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição em 1950. Os



documentos sobre o PNAE declaram que seus objetivos devem envolver a promoção da aprendizagem, do rendimento escolar e da formação de hábitos alimentares e o desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes.

Por meio da Portaria Interministerial nº 1.010 (2006), dos Ministérios da Educação e da Saúde, há o reconhecimento da importância do senso de pertencimento quando se diz que a Alimentação Escolar está relacionada a manifestações culturais, regionais e nacionais. Também se visualiza a criação de hortas escolares enquanto recurso pedagógico, uma vez que há o seu estímulo enquanto atividades a serem realizadas com os alunos.

No ambiente escolar, contudo, verifica-se que a proposta de desenvolvimento biopsicossocial nem sempre ocorre conforme os objetivos propostos pelo FNDE e PNAE. Embora sejam atendidos em torno de 40 milhões de estudantes em todo território nacional, em diversos municípios as refeições são fornecidas por empresas terceirizadas, que entregam as refeições em embalagens descartáveis, sem nenhum controle de qualidade e sem a participação de funcionários e professores (Vendrametto, 2022).

Os municípios que entendem a importância da alimentação escolar como responsabilidade social buscam se alinhar com as políticas públicas existentes em âmbito nacional e complementarmente desenvolvem políticas próprias, com estrutura organizada e controlada para fornecer alimentos saborosos, variados e com os nutrientes necessários para o desenvolvimento dos estudantes em suas variadas faixas etárias. Nesses casos os responsáveis pela alimentação escolar (cozinheiras, merendeiras etc.) são devidamente preparados para acolherem os estudantes com carinho e dignidade, com senso de pertencimento e não de caridade. Por meio do alimento que recebem os alunos se identificam com a escola, sentem que fazem parte dela, se tornam seus defensores, o que reduz indisciplinas e comportamentos de vandalismo.

Por outro lado, há municípios onde a alimentação escolar é fornecida apenas mediante os recursos fornecidos pelo FNDE, ou seja, os municípios não complementam os valores que são enviados pelo governo federal, provocando falta de qualidade. Há municípios onde não há regularidade no fornecimento da alimentação, falta rigor quanto à qualidade dos insumos que compõe essa alimentação, não seguem os cardápios

apropriados para o desenvolvimento dos estudantes, não há profissionais devidamente preparados para atuarem de forma responsável com os estudantes, enfim, há apenas o cumprimento legal do fornecimento de alimentos para os estudantes, mas sem a eficiência e eficácia necessárias para gerar processos alimentares de qualidade, que atinjam os objetivos e metas desejados.

Esse descaso contribui para o fortalecimento de identidades estigmatizadas, que interferem no senso de pertencimento dos alunos em relação aos grupos sociais com os quais interagem. Ao se tornar coadjuvante no processo de ensino e de aprendizagem a alimentação escolar auxilia os estudantes a compreenderem seus direitos e deveres para com a sociedade, porque reconhece que faz parte dela, que é pertencente a ela e que é por meio dela que desenvolverá seus princípios e valores morais, cívicos e éticos. Contudo, se não for dada essa importância, a alimentação escolar terá papel exclusivamente assistencialista e poderá ser vista, apenas, como a única motivação para se frequentar a escola.

É preciso considerar que a alimentação é um fator determinante de relações humanas. Seu preparo geralmente ocorre em meio de grupos e espaços sociais (na família, na escola, em restaurantes etc.). “As motivações ideológicas, filosóficas e religiosas influenciam na escolha dos alimentos, bem como sua manipulação, preparo e conservação. Cozinhar e comer, de certa forma, expressam o pertencimento a um grupo ou o seu *Reconhecimento*” (Pinto, Medeiros & Bezerra, 2019, p. 21).

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE), criado para ser uma forma de controle social da população em relação a políticas públicas relacionadas à alimentação escolar, trazendo os princípios e valores da comunidade nesse processo, nem sempre tem espaço para realizar suas funções de forma satisfatória. Além de ser um trabalho voluntário, não há uma estrutura ou apoio adequados, ofertados pelo poder público, para que os trabalhos sejam realizados de forma efetiva. Seus membros não recebem treinamentos ou orientações específicas e, mesmo assim, a eles são dadas inúmeras atribuições.

Pensando-se no senso de pertencimento em relação à alimentação escolar, seus membros deveriam ser designados tendo por base as unidades escolares, e fazerem parte

do corpo de pais, familiares e docentes que diariamente acompanham as refeições oferecidas aos estudantes.

As escolas, por sua vez, além de fornecerem a aprendizagens e vivências relacionadas ao currículo, podem fortalecer o desenvolvimento da identidade de seus alunos bem como o senso de pertencimento, a partir da alimentação escolar. Ao retornarem para casa após as aulas e contarem sobre as experiências que tiveram na escola no que diz respeito à alimentação, ensinamentos e aprendizagens, esses estudantes passam a estimular seus familiares na busca de melhores condições de vida. Nesse sentido, a alimentação escolar, além de ser uma forte coadjuvante para amenizar os efeitos negativos que a fome pode provocar no processo de ensino e de aprendizagem (Iddrisu, Sayibu, Zhao, Ahmed, & Suleiman, 2019), é um eficiente recurso para se penetrar nos lares e incentivar boas práticas relacionadas à educação alimentar.

Para que a aplicação das estratégias educacionais à alimentação escolar seja eficaz, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do senso de pertencimento, é necessário que haja múltiplos olhares para se tentar compreender como ocorre a experiência dos estudantes com essas práticas. Isso requer que se faça observações por vários ângulos relacionados ao que eles comem, quando e com quem se alimentam, e que tipos de interações acontecem nesses momentos (Silva, Amparo-Santos & Soares, 2019).

Esses registros deverão ser seguidos de debates sobre se houve, ou não, a influência dessas práticas na formação do senso de pertencimento, levando os estudantes a se relacionarem de forma saudável com o mundo, a identificarem seus pares e a desenvolverem autonomia, contribuindo, assim com seu desenvolvimento biopsicossocial. Por isso, avaliar se há, ou não, a presença do senso de pertencimento na alimentação escolar fornecida pelos municípios, ou a oportunidade de desenvolvê-lo ou fortalecê-lo é fundamental para que os alunos se apropriem de algo que é seu por direito. Essa avaliação deverá levar em consideração todos os atores que, direta ou indiretamente, participam do sistema que envolve a alimentação escolar.

Reconhece-se a dificuldade de se propor uma ferramenta capaz de avaliar o senso de pertencimento dos estudantes em relação à alimentação escolar. Também não é uma



tarefa simples analisar a opinião de todos os envolvidos nesse sistema. Mas esse assunto não pode ser simplesmente ignorado.

Para auxiliar na avaliação do senso de pertencimento dos estudantes em relação à alimentação escolar, foi elaborada uma proposta que auxilia na coleta de dados para a realização de diagnósticos nessa área. Tendo por base a legislação vigente, essa coleta poderá ocorrer tanto nos municípios quanto nas unidades escolares.

Essa proposta diz respeito aos seguintes pilares: Gestão Pública (Diretoria de Ensino, Setor de Alimentação Escolar, Nutricionistas e outros setores que podem ter algum tipo de envolvimento); Gestão Escolar (diretores, professores, merendeiras, cozinheiras...); Família (pais e responsáveis pelos alunos); e Aluno (com mais de 15 anos). A seguir são apresentadas questões específicas para cada um desses pilares.

A gestão pública, representada pela diretoria de ensino municipal, nutricionais e demais profissionais poderá contribuir com informações conforme segue:

- a) diretoria de ensino: acompanha os repasses financeiros do FNDE para o município; promove, acompanha e avalia os processos de licitação para a compra dos insumos para a Alimentação Escolar dando preferência para os agricultores familiares da região onde a escola se situa; envolve a comunidade em discussões sobre os hábitos alimentares dos alunos; mantém um setor específico para fazer a gestão da Alimentação Escolar; tem nutricionistas em seu quadro de profissionais; mantém merendeiras em seu quadro de profissionais; mantém cozinheiras em seu quadro de profissionais; realiza reuniões com diretores de unidades de ensino a respeito da Alimentação Escolar; faz campanhas sobre Alimentação Escolar; mantém relatórios sobre o comportamento alimentar dos alunos nas unidades escolares de forma a mapear as essas preferências no município.
- b) Nutricionistas: consideram a produção regional de alimentos para compor o cardápio oferecido nas escolas; elabora cardápios conforme os nutrientes necessários para a saúde física conforme a faixa etária dos alunos; respeita a sazonalidade relacionada a determinados produtos; compõe cardápios com ingredientes fornecidos pelos produtores familiares da região onde a escola está inserida; considera a opinião de pais, alunos e professores para compor os cardápios; acompanha o



desenvolvimento físico dos alunos conforme os anos escolares; compõe cardápios específicos para alunos que apresentam problemas alimentares; analisam relatórios sobre o comportamento alimentar dos alunos para compor os cardápios; analisam relatórios sobre o comportamento alimentar dos alunos fornecido pelas escolas.

No que diz respeito à gestão escolar, devem ser envolvidos diretores de unidades escolares, coordenadores pedagógicos, professores e/ou auxiliares de ensino e merendeiras:

- a) diretores de unidades: participam de reuniões no município onde são abordados assuntos sobre a Alimentação Escolar; elaboram relatórios para a diretoria de ensino ou demais responsáveis sobre o consumo da Alimentação Escolar na unidade de ensino sob sua responsabilidade;
- b) coordenadores: incentivam os professores a trabalharem a alimentação escolar como tema transversal do currículo que desenvolvem; promovem atividades pedagógicas que estimulam o senso de pertencimento;
- c) professores: incentivam os alunos a comerem os pratos oferecidos na hora do lanche e refeições; desenvolvem práticas pedagógicas para incentivar o consumo de uma alimentação mais saudável; acompanham as refeições dos alunos; transformam o horário das refeições num ambiente de aprendizagem; conhecem os hábitos e preferências alimentares dos alunos e indicam opções mais favoráveis para os responsáveis (diretores, merendeiras, nutricionistas etc.); informam as preferências e hábitos alimentares dos alunos para os pais sempre que necessário.
- d) merendeiras: produzem os alimentos na própria escola ou em outros espaços; conhecem as preferências e hábitos alimentares dos alunos; identificam e relatam para os responsáveis quais são as refeições que os alunos mais gostam; elaboram pratos conforme as orientações de nutricionistas responsáveis; elaboram pratos conforme a preferência dos alunos; participam de cursos de atualização; conversam com os pais ou responsáveis sobre o comportamento alimentar dos alunos; analisam possíveis desperdícios diariamente e comunicam aos responsáveis.

Quanto à família é importante identificar se participam de ações públicas que envolvem a alimentação escolar (consultas públicas, reuniões dos CAEs e/ou outras iniciativas municipais); se conhecem o comportamento alimentar dos filhos na escola (o que os filhos comem, quais os pratos que preferidos, se comem tudo que está no prato ou se há desperdício, quais tipos de alimentos jogam fora); se conhecem os fornecedores dos alimentos para a escola (se são entregues diariamente, se há refrigeradores suficientes para sua conservação, se há o fornecimento de agricultores locais); se conhecem quem prepara os alimentos (merendeiras, familiares ou se as refeições chegam prontas na escola); relacionamento na escola (se conversam com os professores ou merendeiras sobre o que os filhos comeram na escola, se participam de discussões sobre Alimentação Escolar nas reuniões de pais e mestres, etc.).

Em relação a alunos com mais de 15 anos, que têm autonomia para indicar suas preferências alimentares, é importante identificar os comportamentos alimentares, ou seja: quantas e quais refeições realizam na escola (café da manhã, colação, almoço, jantar); quais as preferências quanto aos alimentos (frutas, verduras, cereais, laticínios, carboidratos, carnes etc.); se gostam da comida da escola; se repetem as refeições; se desperdiçam restos de alimentos e quais. Também é importante conhecer os comportamentos sociais relacionados à alimentação escolar (se gostam da merendeira ou das pessoas que entregam as refeições, se conta para os familiares e amigos o que comeu, se pede para os familiares fazerem em casa as receitas que comeu na escola, se repetem em casa práticas alimentares ou atividades pedagógicas que desenvolveram na escola).

Reconhece-se que há outros profissionais que de forma direta ou indireta (como estagiários, assistentes pedagógicos ou cuidadores) que auxiliam os alunos durante as refeições na escola. Por isso, a proposta apresentada nesse artigo poderá ser adaptada conforme a realidade onde for aplicada.

7 CONCLUSÃO

A alimentação escolar pode ser considerada como uma das principais políticas públicas de responsabilidade social do governo brasileiro. Há mais de 70 anos o Programa

Nacional de Alimentação leva refeições para os estudantes nas escolas, auxiliando em seu desenvolvimento biopsicossocial.

Há uma série de legislações que garantem essa alimentação e regulamentam orçamentos, cardápios, órgãos de fiscalização etc. Nelas também fica claro que essa alimentação não tem caráter assistencial, sendo um direito do estudante. Contudo, mesmo assim, muitos alunos e respectivos familiares entendem que sua função é de apenas ofertar alimentação para as camadas mais carentes da população, não havendo, portanto, o senso de pertencimento.

Várias estratégias podem ser adotadas para o desenvolvimento desse senso, principalmente nas escolas, por meio de atividades pedagógicas. Mas, para que isso ocorra, é necessário elaborar diagnósticos para avaliar se há iniciativas dos municípios, famílias, escolas ou outros órgãos para incentivar esse desenvolvimento.

Isso vai ao encontro do objetivo geral desta pesquisa que é identificar como avaliar se os municípios e as unidades escolares públicas de Educação Básica promovem o desenvolvimento do senso de pertencimento em relação à Alimentação Escolar. Nesse sentido o estudo apresentou uma proposta de avaliação que contempla uma série de questões a serem aplicadas no contexto dos municípios em geral e, especificamente com diretorias de ensino, gestão escolar, familiares e os próprios alunos.

Em relação ao primeiro objetivo específico verificou-se que a legislação brasileira sobre alimentação escolar apresenta conteúdos que referenciam o senso de pertencimento, mas não de forma explícita. Ela aborda a importância de se considerar as culturas, regionalizações, valores de determinadas comunidades, mas, como o termo pertencimento não aparece, pode-se questionar se realmente deve fazer parte das práticas que estimulam a identificação da alimentação escolar como um direito do estudante.

Quanto ao segundo objetivo específico foram apresentadas práticas que podem ser adotadas nas escolas de Educação Básica para auxiliar no desenvolvimento do senso de pertencimento relacionado à alimentação escolar.

Essa pesquisa apresenta várias limitações relacionadas à subjetividade de seu tema e a literatura escassa que associe o senso de pertencimento à alimentação escolar. Esse fato, por sua vez, é um forte estímulo para os pesquisadores continuarem a realizar



investigações nessa área indicando como próximos passos a validação da proposta apresentada por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais que atuam com o comportamento humano, sociólogos, professores da Educação Básica, gestores escolares e demais profissionais que direta ou indiretamente se relacionam com a alimentação escolar. Após essa validação pretende-se criar uma ferramenta eletrônica que facilite a coleta de dados e facilite a elaboração de diagnósticos sobre a presença do senso de pertencimento relacionado à alimentação escolar nos diversos municípios brasileiros.

AGRADECIMENTOS

"Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

REFERÊNCIAS

Andrade, D. M. de, & Schmidt, E. B. (2019). Os lugares, o pertencimento e a ambientalização das instituições de ensino brasileiras. *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, 13 (23), 71-87.

Braga, A., & Gastaldo, É. (2018). Pertencimento como categoria analítica: etnometodologia para os estudos de comunicação. *E-Compós*, 22(1), 1-17.

Callai, H. C. (2004). O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, (16,17,18 set. 2004).

Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. (2014). Recuperado de: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/960.pdf>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília, DF. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Cousin, C. da S. (2010). *Pertencer ao navegar, agir e narrar: a formação de educadores ambientais*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Decreto n. 8.553, de 3 de novembro de 2015. (2015). Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável. Brasília, DF. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/decreto/D8553.htm

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2023). Histórico. Portal do Ministério da Educação. Recuperado de: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>

Iddrisu, I., Sayibu, M., Zhao, S., Ahmed, A., & Suleiman, A. (2019). School feeding as a social protection programme or a political largesse: a review. *International Journal of Comparative Education and Development*, 21 (1), 16–30.

Langhi, C. (2022). Pertencimento e alimentação escolar: o paradoxo e a necessidade. In: Vendrametto, O. (Org.). *Alimentação escolar - vamos colocar os pratos à mesa: uma obrigação do Estado, um dever da sociedade*. São Paulo: Blucher.

Lei n. 11.947 de 16 jun. 2009. (2009). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília, DF. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm

Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Luz, A. S., & Anjos, J. J. T. dos. (2022). A caixa escolar na histografia educacional brasileira recente (2011-2021). *Revista Contemporânea de Educação*, 17 (39).

Nascimento, S. R., Langhi, C., & Vendrametto, O. (2023). O impacto de uma horta pedagógica no arranjo produtivo local e no desenvolvimento do empreendedorismo. *Anais do International Conference on Production Research Americas*. Publicado em 18 ago. 2023. Recuperado em:

https://www.even3.com.br/anais/foreigners_subscription_icpr_americas22/664557-o-impacto-de-uma-horta-pedagogica-no-arranjo-produtivo-local-e-no-desenvolvimento-do-empreendedorismo/ Acesso em: 11 set. 2023.

Marco de parceria das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável 2017-2021. (2016). Brasília, DF. Organização das Nações Unidas. Recuperado de:

<https://brasil.un.org/pt-br/52529-marco-de-parceria-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-2017-2021>

Paré, G., Trudel, M., Jaana, M. & Kitsiou, S. (2015). Synthesizing information systems knowledge: a typology of literature reviews. *Information & Management*, 52 (2), 183-199.

Pinto, V. L. X., Medeiros, M., & Bezerra, I. W. L. (org.). (2019). *Promoção da alimentação saudável nas escolas: ideias e ações que conjugam educação, saúde e justiça social*. Natal: EDUFRN.

Portaria Interministerial n. 1.010, de 08 de maio de 2006. (2006). Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF. Recuperado de:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html

Resolução n. 6, de 08 de maio de 2020. (2020). Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF. Recuperado de [file:///C:/Users/celil/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20N%C2%BA%2006%20-%20Compilada%20com%20a%2020.2020_21_2021_com%20link%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/celil/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20N%C2%BA%2006%20-%20Compilada%20com%20a%2020.2020_21_2021_com%20link%20(3).pdf)

Sá, M.L. Pertencimento. in: Ferraro, L. A. Jr. (org.). (2005). *Encontros e Caminhos: Formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília, MMA, Diretoria de Educação Ambiental.

Silva, E., Amparo-Santos, L., & Soares, M. D. (2019). Interações entre práticas alimentares e identidades: ressignificando a escola pública e a alimentação escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, 35, e00217918.

Soares, P., Martinelli, S. S., Melgarejo, L., Cavalli, S. B., & Davó-Blanes, M. C. (2017). Using local family farm products for school feeding programmes: effect on school menus. *British Food Journal*, 119 (6), 1289–1300.

World Food Programme (WFP). (2022). The state of school feeding worldwide 2022 – executive summary. Recuperado de: <https://www.wfp.org/publications/state-school-feeding-worldwide-2022>



Vendrametto, O. (Org.). (2022). *Alimentação escolar - vamos colocar os pratos à mesa: uma obrigação do Estado, um dever da sociedade*. São Paulo: Blucher.

